

Voz ativa: um mapeamento da Câmara Melhor Idade em municípios paulistas¹

Felipe Luchete de Oliveira²

RESUMO

O presente trabalho busca mapear a existência de Câmaras Municipais no Estado de São Paulo que implantaram projeto para a população com idade igual ou superior a 60 anos debater propostas para a cidade. Denominada Câmara Melhor Idade, a iniciativa tem o potencial de servir como ferramenta de participação à população idosa num contexto de mais longevidade, um exemplo de Comunicação entre Poder Público e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: direitos das pessoas idosas; participação; comunicação pública.

INTRODUÇÃO

Desde a implantação bem-sucedida de uma Câmara Jovem para educar adolescentes e ouvir suas demandas para a cidade³, a Câmara Municipal de Paulínia, localizada na Região Metropolitana de Campinas, decidiu abrir a oportunidade de que cidadãos com idade a partir dos 60 anos tenham um ambiente para compartilhar suas opiniões, sugerir políticas públicas e votar propostas sobre o local onde vivem.

Batizada de Câmara Melhor Idade, a iniciativa foi regulada por norma interna em 2021⁴ e, até 2025, não implantada. O autor deste artigo, servidor da Câmara de Paulínia, buscou mapear experiências semelhantes no Estado de São Paulo com o objetivo de conhecer modelos de funcionamento e colocar o projeto em prática.

A dificuldade de encontrar qualquer levantamento consolidado sobre o tema, seja por meio de pesquisas, órgãos de governo ou até em entidades que representam o público-alvo, como o Conselho Estadual do Idoso, demonstrou a necessidade de que a demanda não apenas cumprisse uma tarefa profissional como também fosse divulgada para fomentar novas ramificações. Procura-se relatar como um grupo de municípios paulistas tem ampliado a participação da população idosa, reconhecendo seus membros com *status* semelhante ao dos vereadores, em sessões plenárias. Um modelo de Comunicação entre órgãos públicos e a sociedade, a ser disseminado.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT06SE - Comunicação e cultura da longevidade, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Especialista em Comunicação Pública Governamental pela ECA-USP, graduado em Comunicação Social/ Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa, email: felipe.luchete@gmail.com

³ Desenvolvida a partir de 2017, descrita em: <https://www.camarapaulinia.sp.gov.br/camara-jovem/>

⁴ Resolução nº 272, de 13 de abril de 2021.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial que, embora sem contextos homogêneos, está vinculado ao aumento da longevidade e ao controle dos índices de natalidade (BITENCOURT, DALTO, 2021, p. 285). O Brasil acompanha esse cenário, chegando a 32,1 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no Censo 2022: 15,8% de toda a população (IBGE, 2023, p. 8). Num intervalo de 12 anos entre o último Censo, de 2010, houve aumento de 56% nessa faixa etária (IBGE, 2023, p. 8).

Novas demandas sociais afloraram: nas últimas décadas, a população idosa deixou de estar necessariamente ligada à debilidade física e passou a ser reconhecida como uma categoria, a terceira idade, com hábitos, *hobbies* e habilidades (BITENCOURT, DALTO, 2021, p. 294). Apesar dos avanços em direitos, como o Estatuto da Pessoa Idosa, de 2003, ainda é visível na sociedade a discriminação em vivências cotidianas, como a diminuição de ofertas no mercado de trabalho, a falta de acessibilidade, a demora na garantia da saúde e tantas outras situações que inviabilizam o pleno exercício da cidadania.

O etarismo ou idadismo (CASTRO, 2016, p. 80) pode até mesmo estar disfarçado sob a “máscara da inclusão” (LIESENBERG, 2019, p. 162), quando o tema da terceira idade é abordado nos plenários, na imprensa, no meio acadêmico ou em outras esferas do debate público, com base apenas nos “especialistas” ou em organizações que falam em nome dos idosos, sem dar voz a eles próprios.

Reconhecer que sejam ouvidos é crucial sob pelo menos dois aspectos. Em um Estado Democrático, é lógico presumir o interesse de melhorar as condições de vida de uma população que avança cada vez mais. Como a revolução da longevidade é real, concreta, a Organização Mundial da Saúde recomenda uma política de envelhecimento ativo, com quatro pilares – saúde, aprendizagem ao longo da vida, participação e segurança/proteção (ILC-BRASIL, 2015, p. 87). Para cumprir o terceiro deles, um dos vários deveres do Poder Público se torna criar mecanismos para envolver cidadãos em processos de tomadas de decisões. A participação do sujeito na sociedade é importante ao conferir a cada indivíduo o sentimento de ter propósito na vida.

Além do aspecto individual, estimular o engajamento pode gerar benefícios coletivos, para a própria democracia. Governos que asseguram a participação popular na formulação de políticas têm potencial de ser mais eficientes, alcançando sustentabilidade política e legitimidade (NOVELLI, 2006, p. 82). Quando se adota a prática da governança, geram-se instrumentos de representação além do mero voto.

Ouvidorias, audiências públicas, telefones 0800, conselhos e conferências surgem como novas formas de comunicação entre Estado e sociedade (BRANDÃO, 2006, p. 6-7), convocando cidadãos para cumprir deveres e demonstrando que a Comunicação Pública é mais do que campanhas publicitárias, impressos e divulgação em geral.

Em um estudo anterior, no qual definimos o amplo conceito de Comunicação Pública (OLIVEIRA, 2017, p. 14-30), dois autores foram essenciais para mostrar como Câmaras Municipais podem contribuir para a garantia de direitos. Matos considera que o Poder Legislativo é uma das esferas mais propícias para se comunicar com o público, já que por natureza representa a pluralidade: tende a estar mais aberto se compararmos com o perfil do Executivo, geralmente autocrático (1999, p. 8-9). Bobbio define o governo de um município como o mais tangível, com ferramentas para o cidadão colocar “os próprios olhos nos negócios que lhe dizem respeito” (2000, *apud* HASWANI, 2010, p. 48).

O Legislativo municipal, dessa forma, reúne uma série de elementos que ajudam no processo de representatividade. A vereança, com fiscalização nas ruas, nos bairros e nos equipamentos públicos, é símbolo de um Poder mais próximo do cidadão.

METODOLOGIA

O levantamento da existência da Câmara Melhor Idade foi feito a partir de uma amostragem entre os 675 municípios paulistas. Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram selecionados 78, com mais de 100 mil habitantes.

A etapa seguinte foi a procura pelo contato de cada Câmara Municipal, nos sites oficiais de cada instituição, seguida do questionamento por e-mail sobre a existência ou não de um projeto para vereadores de terceira idade. Em caso de resposta positiva, foram solicitadas informações adicionais: ano da primeira legislatura; número de edições e de integrantes; forma de seleção; norma (lei/resolução/decreto etc.) para regulamentar a iniciativa e se há plataforma para acompanhar as proposições formuladas. Em alguns casos, diante da ausência de endereço de e-mail no site oficial da Câmara pesquisada, o contato foi feito por telefone. Dentre as 78 instituições procuradas, 45 se manifestaram.

A busca por meio de ferramentas de pesquisa na Internet, com palavras-chave⁵, foi utilizada para verificar se, dentre os municípios sem resposta, existia referência a algum deles envolvendo o assunto. Passada essa etapa, o mesmo procedimento foi feito

⁵ Combinação de termos em ferramentas de pesquisa, como “câmara melhor idade”, “câmara idoso”, “câmara terceira idade” + nome do município.

com os 567 municípios que estavam fora da amostragem, abaixo de 100 mil habitantes. Nessa fase foram identificados dois municípios com a experiência. As respectivas Câmaras foram então procuradas por e-mail ou telefone, para fornecimento de mais detalhes, e incluídas no levantamento. Foram ainda inseridas informações coletadas pelo IBGE (2023), resultando na elaboração das Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Municípios onde foi implantada a Câmara Melhor Idade

Câmara Municipal	Ano de início	Número edições	Número de membros	População municipal	População idosa (60+)	Índice de envelhecimento
Araras	2010	7	11	130.866	24.186	107,06
Boituva	2025	1	Sem nº fixo	61.081	9.828	83,89
Jacareí	2014	8	13	240.275	40.819	91,69
Nova Odessa	2014	3	9	62.019	10.358	93,98
Rio Claro	2012	7	19	201.418	37.038	106,9
Santa Bárbara d'Oeste	2012	1	19	183.347	33.613	108,66
Valinhos	2010	2	19	126.373	23.160	112,46

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de IBGE, 2023.

Tabela 2 – Municípios onde se estuda implantar a Câmara Melhor Idade

Câmara Municipal	Já possui norma em vigor?	População municipal	População idosa (60+)	Índice de envelhecimento
Campinas	Não	1.139.047	209.267	109,63
Itapetininga	Sim	157.790	25.819	85,82
Paulínia	Sim	110.537	15.739	74,54

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de IBGE, 2023.

Segundo o mapeamento, Câmaras de sete municípios implantaram iniciativa com o objetivo de ouvir pessoas com idade igual ou acima dos 60 anos. As primeiras em 2010 (Araras e Valinhos) e a mais recente em 2025 (Boituva). Cinco municípios da tabela 1 estão concentrados na região administrativa de Campinas. Pela última coluna das tabelas 1 e 2, nota-se que todos apresentam alto índice de envelhecimento: população com 60 anos ou mais para cada 100 habitantes de 0 a 14 anos. Cinco apresentam índices acima de 100, indicando que o número de idosos ultrapassou o de crianças.

MAPA DE AÇÕES

O projeto nos sete municípios pode ter nomenclaturas diferentes: Câmara Melhor Idade, Câmara da Terceira Idade, Parlamento do Idoso e outras variantes. Por terem características principais semelhantes, adotamos uma só terminologia (Câmara Melhor Idade) ao citar as experiências de forma conjunta.

Em todas as Câmaras, os idosos votam em Plenário e são diplomados para exercer um mandato, cuja duração varia entre um e dois anos. Com exceção de Boituva, a composição nos demais municípios acompanha a mesma quantidade de vereadores da Casa de Leis, sendo escolhido(a) o(a) presidente e outros componentes da Mesa Diretora. Apesar do *status* de vereador, a participação é voluntária e gratuita, sem direito a gabinete, assessores e outros recursos oferecidos a quem foi eleito nas urnas para o Legislativo.

Outra diferença é que, em todos os casos, a eleição é indireta: os participantes são escolhidos por entidades, como associações de aposentados e pensionistas, conselhos municipais, secretarias e demais órgãos da Prefeitura. A frequência tampouco é diária: reuniões e sessões ocorrem de forma esporádica. As propostas, mesmo defendidas e votadas em Plenário, não tramitam oficialmente e, portanto, não têm a força de um projeto de lei ou requerimento de um vereador eleito por voto popular. Por isso, muitas normativas usam o termo “simulação” ao definir a Câmara Melhor Idade.

Ainda assim, é uma oportunidade para os participantes apresentarem um olhar sobre o município, a respeito de vários temas. Em Jacareí, onde o projeto existe há 11 anos, as propostas são abrangentes e envolvem tanto questões pertinentes à terceira idade – mais acessibilidade nos pontos de ônibus e a divulgação do Estatuto do Idoso, por exemplo – como solicitações de interesse geral – lombadas em determinadas vias, melhorias na mobilidade urbana e ampliação do combate à dengue.

É possível verificar o amadurecimento do trabalho: nos primeiros anos, as propostas estavam em formatos de tópicos, com poucas linhas, e a partir de 2018 passam a ser redigidas em textos mais robustos, semelhantes a proposições oficiais. Jacareí disponibiliza no site oficial lista de composição, vídeos de sessões e mais detalhes de todas as edições da sua Câmara da Melhor Idade⁶. Na maioria das Câmaras pesquisadas, a ferramenta não existe, e as propostas ficam arquivadas apenas em formato impresso, dificultando pesquisa sobre a efetividade da atividade desenvolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto descrito demonstra que Câmaras Municipais podem abrir espaços de voz e representatividade à população idosa, não só servindo como canais de reclamação, mas também que envolvam mulheres e homens a partir dos 60 anos de idade em um

⁶ Disponível em: <https://www.jacarei.sp.leg.br/todas-as-camaras-da-melhor-idade/>

projeto de debate público e de tomada de decisões. Mesmo que nem sempre conduzidos pelo setor de Comunicação, representam experiência relevante de Comunicação Pública.

Envolver idosos nos debates faz sentido se considerarmos que todos os municípios pesquisados têm altos índices de envelhecimento, cinco deles ultrapassando o número de crianças. Outro aspecto a se destacar é que, enquanto Câmaras de três cidades planejam a iniciativa – Campinas, Itapetininga e Paulínia –, outras três – Rio Claro, Santa Bárbara d’Oeste e Valinhos – interromperam o projeto, sem edições nos últimos anos. Desafios e dificuldades da Câmara Melhor Idade podem render novos caminhos de estudo.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, R. O. M., DALTO, F. A. S. Da velhice à terceira idade: um estudo exploratório sobre a evolução do conceito e as implicações para as políticas públicas. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, n. 59, p. 285-304, jul.-set. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1290/614>. Acesso em: 25 mar.2025.

BRANDÃO, E. P. Usos e significados do conceito comunicação pública. In: VI ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 2006, Brasília. **Anais**: Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>. Acesso em: 4 mar.2025.

CASTRO, G. G. S. O idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias. **Galáxia**. São Paulo, n. 31, p. 79-91, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/3qwDcNNRvNPyRYWzyXmyQkH/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar.2025.

HASWANI, M. F. **Comunicação pública**: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.

ILC - CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL. **Envelhecimento ativo**: um marco político em resposta à revolução da longevidade. 1. ed. Rio de Janeiro: ILC-BRASIL, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: pessoas idosas (60 anos ou mais de idade). Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LIESENBERG, C. Recorrências na abordagem de velhices centenárias em matérias de perfil. **Rumores**. São Paulo, n. 25, v. 13, p. 147-168, jan.-jun.2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/155860/153904>. Acesso em: 24 mar.2025.

MATOS, H. Comunicação pública - democracia e cidadania: o caso do Legislativo. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 1999, Rio de Janeiro. **Anais**: São Paulo, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001048546>. Acesso em: 20 mar.2025.

NOVELLI, A. L. C. R. O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. São Paulo, ano 3, número 4, p. 75-89, 1º semestre de 2006.

OLIVEIRA, F. L. **Comunicação pública governamental aplicada**: planejamento para “desfulanizar” e disseminar ações da Câmara Municipal de Paulínia (SP). São Paulo: 2017. 131 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Comunicação Pública Governamental), ECA-USP.

PAULÍNIA. **Resolução nº 272, de 13 de abril de 2021**. Dispõe sobre o programa “Câmara em ação” da Câmara Municipal de Paulínia. Paulínia: Câmara Municipal, [2021]. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Paulinia-SP/Resolucoes/272>. Acesso em: 15 mar. 2025.